

Centro Latino Americano para Inovação,
Excelência e Qualidade

Demonstrações Contábeis acompanhadas
do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2016

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar
Edifício Berrini One | Itaim Bibi
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.granthornton.com.br

Aos:

Administradores e Conselheiros do
Centro Latino Americano para Inovação, Excelência e Qualidade
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro Latino Americano para Inovação, Excelência e Qualidade (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Latino Americano para Inovação, Excelência e Qualidade em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a NBC TG 1.000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e com a ITG 2002 – Contabilidade específica para entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de acordo com a NBC TG 1.000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e com a ITG 2002 – Contabilidade específica para entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade;
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de junho de 2018



Jefferson Coelho Diniz
CT CRC 1SP-277.007/O-8

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Centro Latino Americano para Inovação, Excelência e Qualidade - CLAEQ

Balanças patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

ATIVO

(Em reais)

	Notas	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.888.689	1.889.332
Contas a receber	4	870.817	673.930
Impostos a recuperar	-	74.485	35.321
Adiantamentos diversos	5	534.497	338.103
Total do ativo circulante		3.368.488	2.936.686
Não circulante			
Depósito caucionados	-	4.950	1.950
Imobilizado	6	22.414	20.418
Total do ativo não circulante		27.364	22.368
Total do ativo		3.395.852	2.959.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro Latino Americano para Inovação, Excelência e Qualidade - CLAEQ

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em reais)

	Notas	2016	2015
Circulante			
Fornecedores	7	16.258	11.185
Obrigações trabalhistas	8	48.149	41.661
Obrigações tributárias	9	48.814	42.484
Outras obrigações	-	4.535	6.220
Total do passivo circulante		117.756	101.550
Patrimônio líquido	10		
Superávit acumulado	-	2.857.504	2.094.058
Superávit exercício	-	420.592	763.446
Total do patrimônio líquido		3.278.096	2.857.504
Total do passivo e patrimônio líquido		3.395.852	2.959.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro Latino Americano para Inovação, Excelência e Qualidade - CLAEQ

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em reais)

	Notas	2016	2015
Receita operacional bruta			
Prestação de serviço	12	3.028.848	2.838.054
Outras receitas	12	24.711	23.577
Trabalho voluntário	16	-	4.000
Receita operacional líquida		3.053.559	2.865.631
Despesa com pessoal	13	(837.681)	(546.679)
Despesas administrativas e gerais	13	(1.701.369)	(1.605.139)
Despesas tributárias	14	(258.076)	(223.530)
Trabalho voluntário	16	-	(4.000)
		(2.797.126)	(2.379.348)
Resultado antes do resultado financeiro líquidos		256.433	486.283
Receitas financeiras	15	191.127	280.915
Despesas financeiras	15	(26.968)	(3.752)
Resultado financeiro líquido		164.159	277.163
Superávit do exercício		420.592	763.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro Latino Americano para Inovação, Excelência e Qualidade - CLAEQ

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Superávit do exercício	420.592	763.446
Total do resultado abrangente do exercício	<u>420.592</u>	<u>763.446</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro Latino Americano para Inovação, Excelência e Qualidade - CLAEQ

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

	Superávit acumulado	Superávit exercício	Total de patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2014	475.397	1.618.661	2.094.058
Incorporação do superavit acumulado ao patrimônio social	1.618.661	(1.618.661)	-
Superávit do exercício	-	763.446	763.446
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.094.058	763.446	2.857.504
Incorporação do superavit acumulado ao patrimônio social	763.446	(763.446)	-
Superávit do exercício	-	420.592	420.592
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.857.504	420.592	3.278.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro Latino Americano para Inovação, Excelência e Qualidade - CLAEQ

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	420.592	763.446
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	4.248	830
Déficit ajustado	424.840	764.276
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	(196.887)	(446.220)
Impostos a recuperar	(39.164)	(31.930)
Adiantamentos diversos	(196.394)	(316.814)
Depósito caucionados	(3.000)	-
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	5.073	(2.549)
Obrigações trabalhistas	6.488	20.186
Obrigações tributárias	6.330	31.018
Outras obrigações	(1.685)	2.475
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	5.601	20.442
Atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(6.244)	(21.240)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(6.244)	(21.240)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(643)	(798)
Demonstração da redução de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.889.332	1.890.130
No fim do exercício	1.888.689	1.889.332
	(643)	(798)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

O Claeq é uma Entidade civil sem fins lucrativos, constituída em 1993, com sede na Rua André Ampere, 153 - conjunto 116, Brooklin – São Paulo, tem por objetivo apoiar o esforço de modernização e inovação tecnológica na América Latina, em especial da nação brasileira, através do estudo, ensino, pesquisa, difusão do conhecimento e promoção do desenvolvimento de inovações tecnológicas, bem como da qualidade e produtividade, dos órgãos da administração pública, empresas públicas e privadas, seus produtos e serviços, com vistas a melhorar o nível dos produtos e serviços em geral, especialmente no Brasil.

Tendo como prioridade, elevar a produtividade e atribuir maior respeito à dignidade humana, tendo ainda as finalidades específicas:

(i) incentivar medidas, planos, programas de desenvolvimento industrial, bem como projetos na área de pesquisa, através de incorporação de inovações tecnológicas criadas, desenvolvidas ou adaptadas no país;

(ii) apoiar e fomentar organizações voltadas para pesquisa básica e aplicada e mobilizar apoio técnico e material a pesquisadores e Instituições Científicas;

(iii) estimular a implantação de centros de referências e instituições de pesquisa, com o escopo de participar na formação, coordenação, execução de diretrizes e de normas programáticas através de atividades de assessoramento, e subsidiar, com informações, entidades privadas e órgãos governamentais no que tange à divulgação e elaboração de planos e programas de fomento, estímulo, divulgação e educação para a pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas no país;

- (iv)** promover a conscientização e a motivação da Entidade em geral, para a qualidade em produtos e serviços;
- (v)** promover a realização de cursos e treinamento em órgãos públicos e instituições privadas, buscando o desenvolvimento institucional dessas entidades;
- (vi)** estimular o desenvolvimento e difusão de métodos modernos de gestão da administração pública e das empresas privadas;
- (vii)** promover a formação e a capacitação pessoal;
- (viii)** apoiar programas de ensino e educação continuada de profissionais de todos os níveis, aptos a executar as metodologias implantadas, visando estimular a implementação de laboratórios de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas em empresas no território nacional;
- (ix)** articular e promover a transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, visando estimular a implementação de institutos e Entidades civis sem fins lucrativos, para o desenvolvimento de programas de pesquisa e de inovações tecnológicas realizadas no país;
- (x)** promover a articulação entre os vários segmentos da Entidade em geral, tendo em vista o desenvolvimento da qualidade em produtos e serviços, com especial atenção aos serviços públicos pro comunidade;
- (xi)** promover e estimular as atividades de estudo e pesquisa nas áreas do meio ambiente das ciências econômicas, administrativas, jurídicas e de informática, visando o desenvolvimento institucional de entes públicos e privados, com a solução de problemas concretos;
- (xii)** promover e estimular as atividades de estudo, pesquisa e serviços para a melhoria do meio ambiente e na elaboração de futuros produtos, serviços e técnicas que visam reduzir ou eliminar a poluição, bem assim administrar e promover todos os atos necessários para a remediação e recuperação de locais degradados ambientalmente, para entidades públicas e privadas;
- (xiii)** promover a harmonização de normas técnicas de produtos latino americanos junto aos órgãos competentes;
- (xiv)** promover a cooperação e o intercâmbio entre países do MERCOSUL no campo da tecnologia industrial básica e da modernização das administrações públicas;
- (xv)** incrementar o intercâmbio de especialistas e de material didático e científico, entre as instituições dos Países do MERCOSUL;
- (xvi)** difundir os conhecimentos obtidos com o estudo e a pesquisa, nos meios acadêmicos, empresariais e da administração pública, através dos diversos meios de comunicação, com especial atenção aos países do MERCOSUL.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidade sem finalidade de lucros, as quais estão descritas nos pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002 (R1), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Entidade aprovou a emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em 04 de junho de 2018.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Entidade, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em reais, exceto quando indicadas de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas oriundas de contribuições são registradas mediante documento-hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. As despesas são reconhecidas quando incorridas, pelo regime de competência do exercício.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

c) Créditos a Receber de clientes

Os créditos a receber de clientes são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A Perda Estimativa para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é constituída, quando aplicável, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com valores a receber, com base na avaliação individual dos créditos, da situação financeira, inclusive o histórico de relacionamento com a Entidade.

d) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 6. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefício econômico-futuro resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

e) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment)

A Administração revisa anualmente o valor recuperável contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Obrigações tributárias

Por ser uma Entidade sem fins lucrativos, está isenta do pagamento de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, conforme estabelece a alínea "c", do inciso VI, do § 150 da Constituição Federal. Também, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/1998 e 10.833/2003, sujeitando-se ao pagamento da mesma sobre suas demais receitas.

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/1997.

h) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

- **Julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

- **Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas com periodicidade visando mitigar tais

- **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas**

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Entidade não possuía ações judiciais de natureza tributária, cíveis e trabalhistas.

i) Patrimônio líquido

Representa os superávits/ déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

j) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

k) Gratuidades e trabalho voluntário

A Entidade obedece a legislação fiscal que determina que as entidades sem fins lucrativos não podem remunerar seus Administradores.

Entretanto, conforme requerido pela ITG 2002 (R1), o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos conselheiros foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos conselheiros respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). Na mensuração desses serviços, foi utilizado o valor justo percebido.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	100	100
Bancos conta movimento	192.352	41.195
Aplicações financeiras	1.696.237	1.848.037
Total	1.888.689	1.889.332

As aplicações financeiras estão substancialmente compostas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários – CDB e Fundos DI mantidos em instituições financeiras de primeira linha, remunerados a taxa que variam entre 84,00% a 93,00% (88,00% a 96,50% em 2015) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. Clientes

	2016	2015
Créditos a receber de clientes	870.817	673.930
Total	870.817	673.930

Referem-se aos valores a receber decorrentes da prestação de serviços de consultoria tecnológica. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a Entidade não possuía título vencidos, e os títulos a vencer possuem um prazo médio de vencimento de 30 dias.

5. Adiantamentos diversos

	2016	2015
Adiantamentos para despesas (*)	330.557	63.878
Adiantamentos a fornecedores	203.940	274.225
Total	534.497	338.103

(*) Referente a valores pagos adiantadamente a serem empregados em projetos que serão desenvolvidos futuramente pela entidade

6. Imobilizado

a) Composição

	2016			2015	
	% – Taxas	Custo	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo
Instalações	10%	6.101	(6.101)	-	-
Máquina e equipamentos	10%	17.415	(17.415)	-	-
Equipamentos de informática	20%	27.484	(5.070)	22.414	20.418
Móveis e utensílios	10%	890	(890)	-	-
Total		51.890	(29.476)	22.414	20.418

b) Movimentação do ativo imobilizado

Descrição	2015	Adições	2016
Instalações	6.101	-	6.101
Máquinas e equipamentos	17.415	-	17.415
Equipamentos de informática	21.240	6.244	27.484
Móveis e utensílios	890	-	890
Custo	45.646	6.244	51.890
Depreciação acumulada instalações	(6.101)	-	(6.101)
Depreciação acumulada máquinas e equipamentos	(17.415)	-	(17.415)
Depreciação acumulada equipamentos de informática	(822)	(4.248)	(5.070)
Depreciação acumulada móveis e utensílios	(890)	-	(890)
Depreciação acumulada	(25.228)	(4.248)	(29.476)
Total	20.418	1.996	22.414

7. Fornecedores

Referem-se aos valores a pagar, por serviços contratados e inerentes a atividade desenvolvida na Entidade.

Em 31 de dezembro de 2016 o montante em aberto era de R\$ 16.258 (R\$ 11.185 em 31 de dezembro de 2015).

8. Obrigações trabalhistas

	2016	2015
Salários a pagar	16.588	18.635
Provisão de férias e encargos	23.902	14.231
Contribuição sindical a recolher	547	547
FGTS a recolher	1.248	1.495
INSS a recolher	5.865	6.753
Total	48.149	41.661

9. Obrigações tributárias

	2016	2015
IRRF a recolher	161	1.140
ISS retido a recolher	210	74
PIS/COFINS/CSLL retido a recolher	687	3.112
IRRF sobre salários	370	4.029
COFINS a recolher	31.330	20.721
ISS a recolher	14.578	13.155
PIS a recolher	163	253
Outros impostos e taxas a recolher	1.314	-
Total	48.814	42.484

10. Patrimônio líquido

Por constituir-se como uma Entidade civil, sem fins lucrativos, a Entidade não possui capital social. Seu patrimônio líquido está constituído pelos bens, doações, legados e direitos a ela transferidos e pelos adquiridos no exercício de suas atividades, utilizados em conta a seus superiores interesses. A alienação ou oneração dos bens imóveis a ele pertencentes depende de prévia autorização da Assembleia Geral.

11. Provisão para contingências

A Entidade não é parte envolvida em nenhum processo judicial cível, trabalhista e fiscal, conseqüentemente, não há provisão para contingências contabilizada para cobrir eventuais perdas relacionadas a processos judiciais.

12. Prestação de serviços

As receitas estão representadas por prestação de serviços de consultoria para capacitação tecnológica e novas especificações em engenharia industrial.

Sua composição é dada como segue:

	2016	2015
Prestação de serviço	3.028.848	2.838.054
Outras receitas	24.711	23.577
Trabalho voluntário	-	4.000
Total	3.053.559	2.865.631

13. Despesas administrativas

	2016	2015
Pessoal	(837.681)	(546.679)
Serviços de terceiros – pessoa jurídica	(1.401.609)	(1.361.523)
Viagens e estadias	(78.007)	(51.684)
Outras	(221.753)	(191.932)
Total	(2.539.050)	(2.151.818)

14. Despesas tributárias

	2016	2015
Impostos e taxas	(44.472)	(12.183)
ISS	(120.218)	(124.404)
COFINS	(90.865)	(86.014)
IOF	(3)	(18)
IPTU	(1.718)	(758)
Multas	(800)	(152)
Total	(258.076)	(223.529)

15. Resultado financeiro líquido

	2016	2015
Rendimento de aplicação financeira	188.287	249.075
Juros e descontos obtidos	2.840	31.840
Total receitas financeiras	191.127	280.915
Despesas bancárias	(5.778)	(3.443)
Juros e descontos concedidos	(21.190)	(309)
Total despesas financeiras	(26.968)	(3.752)
Resultado financeiro líquido	164.159	277.163

16. Trabalho voluntário

Visando ao atendimento das práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro, especificamente a Resolução do CFC nº 1409/2012, norma ITG 2002 (R1), na tabela a seguir demonstramos os valores justos estimados dos trabalhos voluntários recebidos pela Entidade, como se houvesse ocorrido o desembolso financeiro com estes eventos e/ou profissionais:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houveram trabalhos voluntários, a abertura comparativa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é dada conforme apresentado a seguir:

Descrição	31/12/2016			31/12/2015		
	Qtde. em Horas	Taxa Média	Total em reais mil 2016	Qtde. em Horas	Taxa média	Total em reais mil 2015
Diretoria Executiva	-	-	-	32	50,00	1.600
Conselho Consultivo e Fiscal	-	-	-	48	50,00	2.400
Total	-	-	-	80	50,00	4.000

17. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ):
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):

18. Órgãos e membros da associação

Conforme Ata da Assembleia Geral de 15 de junho de 2016 aprovando a alteração e consolidação do Estatuto Social, a Entidade conta com os seguintes membros em seus órgãos de administração:

Diretoria	
Presidente	Ronald Martin Dauscha
Tesoureiro	Manoel Dimas Salese
Secretária	Frederico Ramazzini Braga
Diretor Executivo	José Hernani Arrym Filho
Conselho Consultivo	
Conselheiro/Presidente	Nelson Carneiro
Conselheiro	José Parada de Oliveira Junior
Conselheiro	Eduardo Nasser Bussab
Conselho Fiscal	
Conselheiro	Sergio Augusto Fagundes Ficarelli
Conselheiro	José Carlos Vaz
Conselheiro	Edilson Martins Ramos

As eleições para Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo são realizadas a cada 2 anos, sendo vedado eleger, para o mesmo mandato, Diretores e Conselheiros que sejam parentes entre si, até o segundo grau. Em Assembléia Geral realizada em 15 de junho de 2016, foram reeleitos os membros da Diretoria, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal acima apresentados.

19. Cobertura de seguros (Não auditado)

A Entidade mantém seguros, segundo a cobertura contratada, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ ou responsabilidades. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

* * *

